



CLIPPING INTERNET
02/12/2021 ATÉ 02/12/2021



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG DO EDUARDO REGO.....	1
2	CEMULHER	
	2.1 BLOG MARDEN RAMALHO.....	2
	2.2 BLOG O CUBO.....	3
	2.3 SITE O MARANHENSE.....	4
3	CNJ	
	3.1 PORTAL DO MAGISTRADO.....	5
4	DECISÕES	
	4.1 BLOG ADILSON CARLOS.....	6
	4.2 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	7
	4.3 BLOG JOHN CUTRIM.....	8
	4.4 SITE O MARANHENSE.....	9
	4.5 SITE SUA CIDADE.....	10
5	DESEMBARGADOR	
	5.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	11
	5.2 BLOG DOMINGOS COSTA.....	12
	5.3 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	13
	5.4 BLOG PAULO ROBERTO.....	14
	5.5 BLOG PÁGINA 2.....	15
	5.6 SITE O MARANHENSE.....	16
	5.7 SITE O PROGRESSO.....	17
6	INSTITUCIONAL	
	6.1 BLOG ATUAL 7.....	18
7	PRESIDÊNCIA	
	7.1 SITE JP TURISMO.....	19

E AGORA QUEM O "MORAL DA BR" ACUSARÁ? JOSIMAR DE MARANHÃOZINHO TEM POLÍCIA NO ENCALÇO PELA TERCEIRA VEZ EM MENOS DE UM ANO

01/12/2021 05:00:00

O deputado federal e pré-candidato ao governo do Maranhão, Josimar de Maranhãozinho [PL] voltou a ser alvo de operação policial por suspeitas em esquema de corrupção. Nesta quarta-feira [1/12], logo cedo, empresas de sua propriedade em São Luís e no interior receberam visita de agentes da Polícia Federal. O caso teve repercussão na imprensa nacional.

De acordo com matéria divulgada pelo Estadão, além da capital, foram cumpridos mandados de busca e apreensão em Zé Doca, Carutapera e Maranhãozinho, em investigação sobre desvio de verbas de prefeituras relacionadas a emendas parlamentares.

A ofensiva contra Maranhãozinho [que ocorre um dia após a filiação do presidente Jair Bolsonaro ao Partido Liberal, presidido por ele no Estado] foi autorizada pela ministra do STF Rosa Weber, que é relatora de ações que pedem o fim das emendas do relator. O caso tramita sob sigilo.

As investigações apontam que a relação de parentesco e ligações pessoais do deputado com prefeitos e secretários municipais da região fazem parte da estratégia usada para o desvio de recursos em áreas como saúde e infraestrutura. Além do parlamentar, há outros nomes que estão na mira dos órgãos de controle e ainda não foram alvos de mandados.

Terceira vez em menos de um ano

Esta é a terceira vez em menos de um ano que Josimar de Maranhãozinho, também conhecido como "Moral da BR" tem agentes policiais no seu encalço por suspeitas de corrupção. A primeira e esta última desencadeadas pela Polícia Federal.

No dia 9 de dezembro de 2020 a PF cumpriu mandado de busca e apreensão em endereços e prefeituras ligadas a ele em uma investigação sobre desvio de dinheiro de emendas parlamentares da área da saúde, para combate à pandemia da covid-19 no estado. Era estimado que a fraude teria gerado prejuízo de cerca de R\$ 15 milhões aos cofres públicos desde abril. Cerca de R\$ 2 milhões foram apreendidos em endereços ligados ao parlamentar.

Em 6 de outubro deste ano, uma operação do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão [MP-MA] e Polícia Civil cumpriu mandados, numa ação de combate a fraudes licitatórias em prefeituras do Estado. Segundo investigação do Gaeco, um grupo criminoso comandado por Josimar de Maranhãozinho desviou altos valores dos cofres públicos por meio de licitações fraudulentas nos municípios de Araguañã, Carutapera, Centro do Guilherme, Maranhãozinho, Pedro do Rosário e Zé Doca entre os anos de 2014 a 2018. No período foi movimentado o montante de R\$ 159.745.884,37 [Cento e cinquenta e nove milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e

quatro reais e trinta e oito centavos] originado de contratos administrativos pactuados entre as empresas investigadas e os Municípios relacionados.

Bom, no primeiro caso, o deputado garantiu que nada foi comprovado na investigação, e que até os valores apreendidos pela PF foram devolvidos.

Já no segundo, realizado pelo MP, Josimar alegou que a ação tratava-se de perseguição orquestrada pelo governador Flávio Dino como retaliação após seu rompimento com o grupo palaciano e por ter lançado pré-candidatura ao governo do Estado.

O Tribunal de Justiça do Maranhão [TJMA], inclusive, decidiu anular a decisão de primeiro grau que autorizou a referida operação de busca e apreensão do Gaeco na casa do deputado, por falta de provas.

A pergunta não quer calar agora é: quem o "Moral da BR" acusará de estar por trás de uma nova operação da PF em seu desfavor?

Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa são os novos desembargadores do TJMA

Votação de acesso ao cargo para duas vagas, em decorrência de aposentadorias, foi realizada na sessão plenária administrativa desta quarta-feira. Novos membros já tomaram posse.

O desembargador Raimundo Bogéa e o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo (à esquerda) e Ronaldo Maciel e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten (à direita)

Francisco Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa são os novos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelos critérios de merecimento e antiguidade, respectivamente. A votação para acesso ao cargo para duas vagas, em decorrência das aposentadorias voluntárias da desembargadora Anildes Cruz e do desembargador Jaime Ferreira de Araújo, ocorreu em sessão plenária administrativa por videoconferência, nesta quarta-feira (1º). Logo após a sessão, os dois novos integrantes da Corte tomaram posse no Gabinete da Presidência.

Ao final da sessão, o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, disse que o anúncio dos nomes dos desembargadores Francisco Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa, durante sua gestão na Presidência, é motivo de muita satisfação para ele, destacando que ambos são seus amigos e juízes competentes.

"Momento de muita alegria, satisfação, você chegar ao ápice de sua carreira e olhar para trás e ver tudo que você passou, filho de uma família pobre da cidade de Codó. É um momento de muita satisfação e, acima de tudo, de reconhecimento do dever cumprido, de ver seu Tribunal reconhecer seu trabalho e o compromisso de assumir e continuar a fazer a entrega da prestação jurisdicional ágil, eficiente e, acima de tudo, defendendo os ideais republicanos", agradeceu Ronaldo Maciel.

"É mais uma etapa da carreira. Não representa nenhum envaidecimento. Simplesmente, mais trabalho e dedicação à magistratura", resumiu Raimundo Bogéa.

15 CANDIDATOS

Na primeira votação, pelo critério de merecimento, 15 candidatos concorreram à vaga: os juízes Jamil Aguiar da Silva, Francisco Ronaldo Maciel Oliveira, José Eulálio Figueiredo de Almeida, Lucas da Costa Ribeiro Neto, Samuel Batista de Souza, José Américo Abreu Costa, Manoel Aureliano Ferreira Neto, Nelson Melo de Moraes Rêgo e Raimundo Nonato Neris Ferreira; e as juízas Lucimary Castelo Branco Campos dos Santos, Oriana Gomes, Maria do Socorro Mendonça Carneiro, Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro, Joseane de Jesus Corrêa

O presidente Lourival Serejo destacou que, segundo a nova orientação do Conselho Nacional de Justiça, a votação começaria pelo magistrado mais antigo, desembargador Bayma Araújo - após o voto do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten.

O diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, esclareceu que, segundo as modificações feitas pela Resolução CNJ nº 426, de 8 de outubro de 2021, que alterou a Resolução CNJ nº 106/2010, para cálculo da nota final de cada concorrente, deverá ser realizada a tri-média das notas lançadas pelos avaliadores, excluído o percentual de 10% em relação às maiores e menores notas, para, então, obter-se sua nota final por meio da média aritmética.

Segundo a nova resolução, caso a aplicação do percentual resultar em número decimal, ele será arredondado para o número inteiro imediatamente inferior. Mário Lobão explicou que, no caso do Plenário do TJMA, com 28 desembargadores no dia da votação, o número resultante de 10% (2,8) seria arredondando para 2 (número inteiro imediatamente inferior a 2,8). Com os 26 votos restantes, é calculada a média aritmética.

O parágrafo 4º do artigo 11 da resolução informa que, no caso de haver empate na nota final de dois ou mais concorrentes, terá preferência aquele com maior tempo de exercício no cargo, e, subsistindo o empate, a preferência será assegurada ao de maior idade.

MERECIMENTO

Iniciada a votação pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, foram avaliados os critérios de desempenho (0 a 20 pontos); produtividade (0 a 30); presteza (0 a 25); e aperfeiçoamento (0 a 25) de cada um(a) dos(as) candidatos(as).

Ao final da votação, os que mais obtiveram pontos para a composição da lista tríplice foram o juiz Francisco Ronaldo Maciel Oliveira (2.593 pontos - média de 99,73); a juíza Maria do Socorro Mendonça Carneiro (2.586 pontos - média de 99,46) e o juiz Manoel Aureliano Ferreira Neto (2.575 pontos - média de 99,04).

Primeiro colocado na lista tríplice - e como já havia figurado na lista por merecimento em duas vezes anteriores -, o juiz Francisco Ronaldo Maciel Oliveira foi proclamado novo desembargador pelo presidente do TJMA.

ANTIGUIDADE

Em seguida, foi a vez do acesso ao cargo de desembargador, pelo critério de antiguidade, vago em decorrência da aposentadoria do desembargador Jaime Ferreira de Araújo.

O juiz Raimundo Moraes Bogéa, o mais antigo inscrito, também foi proclamado desembargador pelo presidente Lourival Serejo, após a concordância de todos os presentes.

Os dois novos integrantes da Corte foram aplaudidos e saudados pelos demais membros do Tribunal de Justiça do Maranhão.

asscom@tjma.jus.br

Judiciário é o Poder menos transparente no Maranhão

O Poder Judiciário maranhense é o único péssimo colocado em uma avaliação do TCE (Tribunal de Contas do Estado) que consiste na verificação de cumprimento de normas que determinam a divulgação, em meios eletrônicos de fácil acesso público e em tempo real, de informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira pelos órgãos públicos, a chamada transparência ativa.

De acordo com o levantamento, considerado apenas os jurisdicionados do Estado, somente o Tribunal de Justiça do Maranhão foi classificado com nível de transparência C, o mais baixo de todos. A nota dada pelos auditores do Núcleo de Fiscalização II da corte de Contas foi vexatória: 6.95.

O presidente do TJ maranhense é o desembargador Lourival Serejo, responsável por averiguar o cumprimento das exigências estabelecidas pela Lei da Transparência na própria corte estadual.

Segundo a análise, além de não atender critérios essenciais para o controle social, como a atualização em tempo real da receita e a indicação da remuneração nominal de cada servidor do tribunal, há também descumprimento quanto à divulgação considerada obrigatória, como indicação de fiscal de contrato.

O relatório de acompanhamento é de setembro, mesmo mês de avaliação dos demais entes jurisdicionados.

No mesmo período, o Ministério Público, a DPE (Defensoria Pública do Estado) e o próprio Tribunal de Contas foram avaliados com nível de transparência B, enquanto a Assembleia Legislativa e o Governo do Estado, nível A, o mais elevado de todos.

Servidores da Comarca de Timon recebem capacitação do projeto TJMA Sustentável

Nesta quarta-feira (1), servidores e servidoras da comarca de Timon receberam capacitação oferecida pelo Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do projeto “TJMA Sustentável Itinerante”, que tem o objetivo de orientar magistrados, magistradas, servidores e servidoras sobre melhorias nas práticas de consumo, metas de redução e estimular práticas e ações ambientalmente corretas e combate ao desperdício. A ação do Núcleo Socioambiental, que é coordenado pelo desembargador Jorge Rachid, contou com a participação da desembargadora Francisca Galiza e do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten Pereira, da juíza diretora do Fórum de Timon, Raquel Araújo Castro Teles de Menezes (1ª Vara Cível).

O projeto TJMA Sustentável Itinerante é integrado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), que constituem a Agenda 2030 das Nações Unidas, pretende desenvolver uma conscientização no consumo mensurado nos indicadores definidos pela Resolução Nº 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça, que são: energia elétrica, água e esgoto, papel, impressão, gestão de resíduos, telefonia, qualidade de vida, capacitação em sustentabilidade e o estímulo à equidade e a diversidade.

O projeto integra o Plano de Logística Sustentável (PLS), que consiste no planejamento estratégico da sustentabilidade do Judiciário estadual, definindo objetivos, responsabilidades, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados - com anuência do presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, e com a parceria da Corregedoria Geral Justiça (CGJ-MA).

Na ocasião, a desembargadora Francisca Galiza destacou a política de sustentabilidade do Poder Judiciário e definiu os indicadores de desempenho definidos pela Resolução Nº 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “Precisamos adotar medidas rápidas e robustas para melhorar os resultados nos indicadores e, a longo prazo, ser um TJ referência em sustentabilidade”, frisou.

O desembargador Paulo Velten Pereira, corregedor-geral da Justiça, que participou da abertura do evento de forma virtual, ressaltou que as ações do Núcleo Socioambiental do TJMA estão integradas, entre outras, à agenda ESG (Environmental, Social and Governance), que já está sendo adotada em iniciativas corporativas como fator de tomadas de decisões de investimento. “É uma pauta que as empresas estão assimilando, e o Poder Público e o Judiciário - que tem a tarefa de distribuir justiça - também precisam fazer sua parte para que todos participem da vida em sociedade”, observou.

A juíza Raquel Araújo Castro Teles de Menezes elencou as iniciativas do Fórum de Timon na área da sustentabilidade, como o projeto de jardinagem já em andamento, o “Fórum Verde”; a construção de bicicletário para incentivar o deslocamento de servidores(as) por esse meio de transporte; reforma de banheiros com espaço para uso da família e fraldário; implantação de coleta seletiva e redução no consumo de água. “Com essa capacitação, objetivamos dar continuidade às ações de sustentabilidade frente a comunidade e para as unidades, caminhando para um futuro mais sustentável para as próximas gerações”, pontuou.

O secretário da Diretoria do Fórum de Timon, Deilson da Silva Guerra, observou que a comarca já possui uma preocupação socioambiental, buscando por meio do projeto “Fórum Verde” reduzir o consumo de água e

energia elétrica e destinar corretamente os resíduos. “A capacitação é muito importante para que possamos desenvolver novas ações e avaliar se nossas atitudes nesse sentido estão sendo feitas corretamente”, avaliou.

CAPACITAÇÃO

A capacitação foi realizada por uma equipe do TJMA e da consultoria Falconi, formada pelas servidoras Jaciara Silva e Hayla Castelo Branco (Núcleo Socioambiental), Alberto Bruno Cunha Duarte (chefe da Divisão de Administração de Material do TJMA), Priscila da Silva Sousa (a chefe da Divisão do Arquivo do Fórum de São Luís), Priscila Freitas e Ana Alice Andrade (consultoras do Grupo Falconi - contratada pelo TJMA para auxiliar na implantação do Projeto de Modernização da Gestão do Poder Judiciário.

A consultora do Grupo Falconi Ana Alice Andrade apresentou os resultados gerais do TJMA frente a indicadores de sustentabilidade ligados ao Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS), frisando oportunidades para alcance de metas de redução no uso de água/esgoto e energia elétrica.

As servidoras do Núcleo Socioambiental do TJMA Jaciara Silva e Hayla Castelo Branco trataram sobre a gestão correta dos resíduos no âmbito local; formas de reutilizar ou reciclar materiais; tipos de coleta seletiva e formas de destinação correta de materiais, citando a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), que propõe a prática de hábitos de consumo sustentável; reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos e diminuição de rejeitos; fomenta a inclusão de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis (agentes ambientais) - Coleta Seletiva Solidária; e inclui a Logística Reversa - coleta e reciclagem de produtos e seus resíduos após o consumo do cliente final.

O servidor Alberto Bruno Cunha Duarte, chefe da Divisão de Administração de Material do TJMA, tratou da gestão de materiais de consumo e estoques de forma sustentável nos setores, ressaltando a importância de avaliar o impacto das ações do ponto de vista financeiro, social e ambiental, citando práticas como a avaliação/planejamento da real demanda por materiais de consumo; racionalização no uso de itens exclusivamente individuais; evitar a formação de estoque desnecessário nos setores; adoção de novas rotinas que racionalizem o uso de materiais; devolução de materiais de consumo para reciclagem, e enfatizando o projeto “Destralhe” que permite aos setores realizar a devolução ou destinação administrativamente de materiais em desuso nas unidades.

Representando a Corregedoria Geral da Justiça, a chefe da Divisão do Arquivo do Fórum de São Luís, Priscila da Silva Sousa, apresentou orientações aos servidores em relação à adoção de uma cultura do descarte de processos físicos e da gestão documental e sobre a destinação de bens sob custódia do Judiciário. As informações são do TJMA.

Juízes Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa se tornam Desembargadores no TJ-MA

Francisco Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa são os novos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelos critérios de merecimento e antiguidade, respectivamente.

A votação para acesso ao cargo para duas vagas, em decorrência das aposentadorias voluntárias da desembargadora Anildes Cruz e do desembargador Jaime Ferreira de Araújo, ocorreu em sessão plenária administrativa por videoconferência, nesta quarta-feira (1º). Logo após a sessão, os dois novos integrantes da Corte tomaram posse no Gabinete da Presidência.

Ao final da sessão, o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, disse que o anúncio dos nomes dos desembargadores Francisco Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa, durante sua gestão na Presidência, é motivo de muita satisfação para ele, destacando que ambos são seus amigos e juízes competentes.

“Momento de muita alegria, satisfação, você chegar ao ápice de sua carreira e olhar para trás e ver tudo que você passou, filho de uma família pobre da cidade de Codó. É um momento de muita satisfação e, acima de tudo, de reconhecimento do dever cumprido, de ver seu Tribunal reconhecer seu trabalho e o compromisso de assumir e continuar a fazer a entrega da prestação jurisdicional ágil, eficiente e, acima de tudo, defendendo os ideais republicanos”, agradeceu Ronaldo Maciel.

“É mais uma etapa da carreira. Não representa nenhum envaidecimento. Simplesmente, mais trabalho e dedicação à magistratura”, resumiu Raimundo Bogéa.

PGE/MA obtém decisão favorável para construção de novo Entreposto Pesqueiro em São Luís

A Procuradoria Geral do Estado do Maranhão (PGE/MA) conseguiu decisão favorável no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) para o andamento das obras de construção do novo Entreposto Pesqueiro em São Luís. A estrutura vai substituir parte do Mercado do Peixe (conhecido popularmente como feira do Portinho) e visa a melhoria das instalações atuais e da prestação de serviços para comerciantes e demais usuários, que devido às condições precárias de funcionamento do local eram submetidos a condições sanitárias insalubres.

O processo licitatório realizado pelo Governo do Maranhão, por meio da Agência Executiva Metropolitana (AGEM), foi suspenso por força de liminar expedida pela justiça, após uma das empresas participantes do processo ajuizar ação onde requeria o impedimento da contratação da empresa vencedora do certame.

Avaliando falhas na fundamentação da decisão judicial, a PGE impetrou um Mandado de Segurança que foi acolhido pelo desembargador Raimundo José Barros de Sousa (TJMA) e referendado pelo plenário do Tribunal, o que ocasionou a emissão de uma nova liminar. A decisão suspende a liminar anteriormente expedida que determinava a suspensão da licitação e agora autoriza o prosseguimento do processo licitatório com a contratação da empresa vencedora da concorrência e, em consequência, a realização das obras de melhoria do Mercado do Peixe.

Para o procurador Gustavo Sabóia, que conduziu o caso, a decisão trará benefícios diretos à sociedade. “É uma obra imprescindível que objetiva a melhoria da saúde pública, com a otimização de espaços adequados para a comercialização de pescados na capital do estado”, destacou o procurador.

O Mercado do Peixe foi construído em 1995 na Avenida Senador Vitorino Freire, região do Portinho, e conta com cerca de 60 boxes para a comercialização dos pescados na capital São Luís, maior mercado consumidor e distribuidor de pescados do estado, atendendo a toda a região metropolitana. Com a obra, estão programadas a otimização de drenagem; cobertura; pavimentação; pisos e revestimentos; esquadrias; instalações hidráulicas e sanitárias; reservatórios de água; instalações elétricas e iluminação; reforma dos quiosques existentes; pintura; paisagismo e estacionamento.

Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa são os novos desembargadores do TJMA

Francisco Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa são os novos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelos critérios de merecimento e antiguidade, respectivamente.

A votação para acesso ao cargo para duas vagas, em decorrência das aposentadorias voluntárias da desembargadora Anildes Cruz e do desembargador Jaime Ferreira de Araújo, ocorreu em sessão plenária administrativa por videoconferência, nesta quarta-feira (1º).

Logo após a sessão, os dois novos integrantes da Corte tomaram posse no Gabinete da Presidência.

Ao final da sessão, o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, disse que o anúncio dos nomes dos desembargadores Francisco Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa, durante sua gestão na Presidência, é motivo de muita satisfação para ele, destacando que ambos são seus amigos e juízes competentes.

“Momento de muita alegria, satisfação, você chegar ao ápice de sua carreira e olhar para trás e ver tudo que você passou, filho de uma família pobre da cidade de Codó. É um momento de muita satisfação e, acima de tudo, de reconhecimento do dever cumprido, de ver seu Tribunal reconhecer seu trabalho e o compromisso de assumir e continuar a fazer a entrega da prestação jurisdicional ágil, eficiente e, acima de tudo, defendendo os ideais republicanos”, agradeceu Ronaldo Maciel.

“É mais uma etapa da carreira. Não representa nenhum envaidecimento. Simplesmente, mais trabalho e dedicação à magistratura”, resumiu Raimundo Bogéa.

Na primeira votação, pelo critério de merecimento, 15 candidatos concorreram à vaga: os juízes Jamil Aguiar da Silva, Francisco Ronaldo Maciel Oliveira, José Eulálio Figueiredo de Almeida, Lucas da Costa Ribeiro Neto, Samuel Batista de Souza, José Américo Abreu Costa, Manoel Aureliano Ferreira Neto, Nelson Melo de Moraes Rêgo e Raimundo Nonato Neris Ferreira; e as juízas Lucimary Castelo Branco Campos dos Santos, Oriana Gomes, Maria do Socorro Mendonça Carneiro, Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro, Joseane de Jesus Corrêa Bezerra e Márcia Cristina Coelho Chaves.

PGE/MA obtém decisão favorável para construção de novo Entreposto Pesqueiro em São Luís

Por: John Cutrim

Data de publicação: 01/12/2021 - 20:44

A Procuradoria Geral do Estado do Maranhão (PGE/MA) conseguiu decisão favorável no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) para o andamento das obras de construção do novo Entreposto Pesqueiro em São Luís. A estrutura vai substituir parte do Mercado do Peixe (conhecido popularmente como feira do Portinho) e visa a melhoria das instalações atuais e da prestação de serviços para comerciantes e demais usuários, que devido às condições precárias de funcionamento do local eram submetidos a condições sanitárias insalubres.

O processo licitatório realizado pelo Governo do Maranhão, por meio da Agência Executiva Metropolitana (AGEM), foi suspenso por força de liminar expedida pela justiça, após uma das empresas participantes do processo ajuizar ação onde requeria o impedimento da contratação da empresa vencedora do certame.

Avaliando falhas na fundamentação da decisão judicial, a PGE impetrou um Mandado de Segurança que foi acolhido pelo desembargador Raimundo José Barros de Sousa (TJMA) e referendado pelo plenário do Tribunal, o que ocasionou a emissão de uma nova liminar. A decisão suspende a liminar anteriormente expedida que determinava a suspensão da licitação e agora autoriza o prosseguimento do processo licitatório com a contratação da empresa vencedora da concorrência e, em consequência, a realização das obras de melhoria do Mercado do Peixe.

Para o procurador Gustavo Sabóia, que conduziu o caso, a decisão trará benefícios diretos à sociedade. “É uma obra imprescindível que objetiva a melhoria da saúde pública, com a otimização de espaços adequados para a comercialização de pescados na capital do estado”, destacou o procurador.

O Mercado do Peixe foi construído em 1995 na Avenida Senador Vitorino Freire, região do Portinho, e conta com cerca de 60 boxes para a comercialização dos pescados na capital São Luís, maior mercado consumidor e distribuidor de pescados do estado, atendendo a toda a região metropolitana. Com a obra, estão programadas a otimização de drenagem; cobertura; pavimentação; pisos e revestimentos; esquadrias; instalações hidráulicas e sanitárias; reservatórios de água; instalações elétricas e iluminação; reforma dos quiosques existentes; pintura; paisagismo e estacionamento.

Leia

mais:

<https://jornalpequeno.blog.br/johncutrim/pge-ma-obtem-decisao-favoravel-para-construcao-de-novo-entreposto-pesqueiro-em-sao-luis/#ixzz7DteciDhW>

Mulheres vítimas de violência podem fazer pedido de medida protetiva online

Apresentação do sistema pelo diretor de informática, Paulo Rocha Neto, durante a sessão plenária administrativa, desta quarta, 1º

Em sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta quarta-feira (1º), foi lançado sistema que permitirá mulheres vítimas de violência doméstica e familiar formularem pedido online de medida protetiva no termo judiciário de São Luís. As medidas protetivas são ordens judiciais concedidas com a finalidade de proteger uma pessoa que esteja em situação de risco, perigo ou vulnerabilidade.

O sistema está disponível no Portal do Judiciário do Maranhão, por meio do endereço eletrônico: medidasprotetivas.tjma.jus.br. A iniciativa é da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão, presidida pelo desembargador Cleones Cunha.

O desembargador Cleones Cunha explicou que o serviço inicia no termo judiciário de São Luís, sendo estendido a todo o Estado em segunda fase de implantação do sistema. "Vamos facilitar o acesso das mulheres vítimas de violência aos pedidos de medidas protetivas, de forma que, onde ela estiver, sem passar por uma delegacia, sem precisar presencialmente ir a uma vara judicial, possa fazer o pedido de forma online", esclareceu o magistrado.

"Espero que seja útil para as mulheres vítimas de violência doméstica, principalmente àquelas que não podem sair de casa. Que a ferramenta possa atingir todas as mulheres que sofrem de violência e que nós possamos diminuir ou tentar amenizar essa situação de violência doméstica no Estado do Maranhão", concluiu o desembargador Cleones Cunha, agradecendo o apoio da presidência do TJMA, da equipe da Diretoria de Informática e todos os envolvidos.

COMO FUNCIONA

Para solicitar o pedido de medida protetiva online, a mulher vítima de violência preencherá um formulário eletrônico dividido em quatro etapas: qualificação da vítima, qualificação do agressor, questionário e anexos.

"A mulher vítima de violência preenche um questionário com o propósito de indicar o tipo de agressão que está sofrendo, se é ameaça ou violência física, se quer uma medida de afastamento do agressor, e por último, poderá anexar documentos", explicou o diretor de Informática do TJMA, Paulo Rocha Neto, durante a sessão.

Após finalizado o preenchimento, é cadastrado um pedido de Medida Protetiva no Sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJE), que é automaticamente direcionado a uma vara especial de violência doméstica e familiar contra a mulher do termo judiciário de São Luís. "No futuro vamos viabilizar o atendimento a todo o Estado", disse Paulo Rocha Neto.

A nova forma de cadastro possibilita que a pessoa que está sendo ameaçada, faça com rapidez e facilidade, um pedido de medida protetiva, apenas com acesso à internet, por meio de um celular ou computador, que será avaliado por magistrado ou magistrada de unidade judicial especializada.

Fonte: ASCOM - TJMA

MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA PODEM FAZER PEDIDO DE MEDIDA PROTETIVA ONLINE

Na primeira fase de implantação do sistema, a solicitação está disponível no termo judiciário de São Luís

Em sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta quarta-feira (1º), foi lançado sistema que permitirá mulheres vítimas de violência doméstica e familiar formularem pedido online de medida protetiva no termo judiciário de São Luís. As medidas protetivas são ordens judiciais concedidas com a finalidade de proteger uma pessoa que esteja em situação de risco, perigo ou vulnerabilidade.

O sistema está disponível no Portal do Judiciário do Maranhão, por meio do endereço eletrônico: medidasprotetivas.tjma.jus.br. A iniciativa é da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão, presidida pelo desembargador Cleones Cunha.

O desembargador Cleones Cunha explicou que o serviço inicia no termo judiciário de São Luís, sendo estendido a todo o Estado em segunda fase de implantação do sistema. “Vamos facilitar o acesso das mulheres vítimas de violência aos pedidos de medidas protetivas, de forma que, onde ela estiver, sem passar por uma delegacia, sem precisar presencialmente ir a uma vara judicial, possa fazer o pedido de forma online”, esclareceu o magistrado.

“Espero que seja útil para as mulheres vítimas de violência doméstica, principalmente àquelas que não podem sair de casa. Que a ferramenta possa atingir todas as mulheres que sofrem de violência e que nós possamos diminuir ou tentar amenizar essa situação de violência doméstica no Estado do Maranhão”, concluiu o desembargador Cleones Cunha, agradecendo o apoio da presidência do TJMA, da equipe da Diretoria de Informática e todos os envolvidos.

COMO FUNCIONA

Para solicitar o pedido de medida protetiva online, a mulher vítima de violência preencherá um formulário eletrônico dividido em quatro etapas: qualificação da vítima, qualificação do agressor, questionário e anexos.

“A mulher vítima de violência preenche um questionário com o propósito de indicar o tipo de agressão que está sofrendo, se é ameaça ou violência física, se quer uma medida de afastamento do agressor, e por último, poderá anexar documentos”, explicou o diretor de Informática do TJMA, Paulo Rocha Neto, durante a sessão.

Após finalizado o preenchimento, é cadastrado um pedido de Medida Protetiva no Sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJE), que é automaticamente direcionado a uma vara especial de violência doméstica e familiar contra a mulher do termo judiciário de São Luís. “No futuro vamos viabilizar o atendimento a todo o Estado”, disse Paulo Rocha Neto.

A nova forma de cadastro possibilita que a pessoa que está sendo ameaçada, faça com rapidez e facilidade, um pedido de medida protetiva, apenas com acesso à internet, por meio de um celular ou computador, que será avaliado por magistrado ou magistrada de unidade judicial especializada.

Dia histórico para AMMA: ex-presidente Ronaldo Maciel eleito desembargador do TJMA

Dia histórico para a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA). Pela primeira vez na sua história, dois juízes que ocuparam a Presidência e a 1ª. Vice-Presidência da entidade se tornam desembargadores do Tribunal de Justiça. Os juízes Francisco Ronaldo Maciel, que presidiu a AMMA por duas gestões consecutivas (2003 a 2006), e Raimundo Bogéa, que ocupou a 1ª vice-presidência também no mesmo período, foram eleitos pelos critérios de merecimento e antiguidade, respectivamente, durante a sessão plenária administrativa desta quarta-feira (1).

Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa foram precursores do associativismo na Magistratura maranhense e marcaram a história da AMMA em duas gestões coroadas de êxito, pautadas, principalmente, na luta pela independência e transparência no Judiciário e pelo respeito à Magistratura de 1º Grau.

O anúncio dos nomes dos dois novos desembargadores do TJMA foi comemorado por juízas e juízes, que veem na trajetória de Ronaldo Maciel a confirmação de que competência e coragem são imprescindíveis na carreira da Magistratura.

O atual presidente da AMMA, juiz Hólidice Barros, disse que a eleição de Ronaldo Maciel coroa uma carreira marcada pela integridade, dedicação e altivez.

“Para a AMMA, esta nomeação é muito representativa porque o magistrado Ronaldo Maciel foi Presidente de nossa instituição e teve uma passagem histórica, quando liderou a Magistratura Maranhense com muito brio e combatividade, contribuindo com a evolução do nosso Poder Judiciário”, destacou Hólidice.

Avaliação semelhante do também ex-presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, para quem a escolha de Ronaldo Maciel para compor o TJMA é o reconhecimento da sua dedicação à Magistratura, compromisso demonstrado desde sempre, mas em especial quando presidiu a AMMA entre os anos de 2003 a 2006.

Coragem e dedicação foram as palavras do juiz Angelo Santos para definir o perfil de Ronaldo Maciel desde que ingressou na Magistratura maranhense. “Ronaldo foi um grande e destemido líder associativo que serviu de exemplo para as novas gerações de presidentes da AMMA e hoje coroa de êxito a sua luta pela independência do Judiciário”, afirmou Angelo, que também presidiu a entidade em duas gestões consecutivas (2017 a 2020).

Na avaliação da juíza Lavínia Maciel, a ascensão de Ronaldo ao Tribunal de Justiça tem um imenso simbolismo para juízas e juízes do Maranhão, “por laurear uma carreira marcada pela competência e coragem, tanto na atividade jurisdicional, quanto no associativismo”.

Na Corte do TJMA, o juiz Ronaldo Maciel também foi recebido com admiração por sua trajetória. Para o desembargador Cleones Carvalho Cunha, Ronaldo foi exemplo de magistrado desde sua passagem como juiz pelo interior, na capital e como presidente da AMMA.

“A eleição de Ronaldo para o TJMA demonstrou todo o reconhecimento do TJMA, pois todos deram a ele nota máxima. Para nós, é uma grande alegria tê-lo na Corte”, enfatizou Cleones.

Agradecimentos

Após tomar posse no cargo de desembargador do TJMA, Ronaldo Maciel fez um breve agradecimento aos colegas magistrados presentes à solenidade no Gabinete da Presidência e falou da satisfação de chegar à Corte do TJMA.

“Momento de muita alegria chegar ao ápice da carreira e olhar para trás e ver tudo que você passou, filho de uma família pobre da cidade de Codó. É um momento de muita satisfação e, acima de tudo, de reconhecimento do dever cumprido, de ver seu Tribunal reconhecer seu trabalho e o compromisso de assumir e continuar a fazer a entrega da prestação jurisdicional ágil, eficiente e, acima de tudo, defendendo os ideais republicanos”, enfatizou Maciel.

Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa são os novos desembargadores do TJMA

Votação de acesso ao cargo para duas vagas, em decorrência de aposentadorias, foi realizada na sessão plenária administrativa desta quarta-feira.... [...]

2 de dezembro de 2021

Votação de acesso ao cargo para duas vagas, em decorrência de aposentadorias, foi realizada na sessão plenária administrativa desta quarta-feira. Novos membros já tomaram posse

Francisco Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa são os novos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelos critérios de merecimento e antiguidade, respectivamente. A votação para acesso ao cargo para duas vagas, em decorrência das aposentadorias voluntárias da desembargadora Anildes Cruz e do desembargador Jaime Ferreira de Araújo, ocorreu em sessão plenária administrativa por videoconferência, nesta quarta-feira (1º). Logo após a sessão, os dois novos integrantes da Corte tomaram posse no Gabinete da Presidência.

Ao final da sessão, o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, disse que o anúncio dos nomes dos desembargadores Francisco Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa, durante sua gestão na Presidência, é motivo de muita satisfação para ele, destacando que ambos são seus amigos e juízes competentes.

“Momento de muita alegria, satisfação, você chegar ao ápice de sua carreira e olhar para trás e ver tudo que você passou, filho de uma família pobre da cidade de Codó. É um momento de muita satisfação e, acima de tudo, de reconhecimento do dever cumprido, de ver seu Tribunal reconhecer seu trabalho e o compromisso de assumir e continuar a fazer a entrega da prestação jurisdicional ágil, eficiente e, acima de tudo, defendendo os ideais republicanos”, agradeceu Ronaldo Maciel.

“É mais uma etapa da carreira. Não representa nenhum envaidecimento. Simplesmente, mais trabalho e dedicação à magistratura”, resumiu Raimundo Bogéa.

15 CANDIDATOS

Na primeira votação, pelo critério de merecimento, 15 candidatos concorreram à vaga: os juízes Jamil Aguiar da Silva, Francisco Ronaldo Maciel Oliveira, José Eulálio Figueiredo de Almeida, Lucas da Costa Ribeiro Neto, Samuel Batista de Souza, José Américo Abreu Costa, Manoel Aureliano Ferreira Neto, Nelson Melo de Moraes Rêgo e Raimundo Nonato Neris Ferreira; e as juízas Lucimary Castelo Branco Campos dos Santos, Oriana Gomes, Maria do Socorro Mendonça Carneiro, Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro, Joseane de Jesus Corrêa Bezerra e Márcia Cristina Coelho Chaves.

O presidente Lourival Serejo destacou que, segundo a nova orientação do Conselho Nacional de Justiça, a votação começaria pelo magistrado mais antigo, desembargador Bayma Araújo - após o voto do

corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten.

O diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, esclareceu que, segundo as modificações feitas pela Resolução CNJ nº 426, de 8 de outubro de 2021, que alterou a Resolução CNJ nº 106/2010, para cálculo da nota final de cada concorrente, deverá ser realizada a tri-média das notas lançadas pelos avaliadores, excluído o percentual de 10% em relação às maiores e menores notas, para, então, obter-se sua nota final por meio da média aritmética.

Segundo a nova resolução, caso a aplicação do percentual resultar em número decimal, ele será arredondado para o número inteiro imediatamente inferior. Mário Lobão explicou que, no caso do Plenário do TJMA, com 28 desembargadores no dia da votação, o número resultante de 10% (2,8) seria arredondando para 2 (número inteiro imediatamente inferior a 2,8). Com os 26 votos restantes, é calculada a média aritmética.

O parágrafo 4º do artigo 11 da resolução informa que, no caso de haver empate na nota final de dois ou mais concorrentes, terá preferência aquele com maior tempo de exercício no cargo, e, subsistindo o empate, a preferência será assegurada ao de maior idade.

MERECIMENTO

Iniciada a votação pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, foram avaliados os critérios de desempenho (0 a 20 pontos); produtividade (0 a 30); presteza (0 a 25); e aperfeiçoamento (0 a 25) de cada um(a) dos(as) candidatos(as).

Ao final da votação, os que mais obtiveram pontos para a composição da lista tríplice foram o juiz Francisco Ronaldo Maciel Oliveira (2.593 pontos - média de 99,73); a juíza Maria do Socorro Mendonça Carneiro (2.586 pontos - média de 99,46) e o juiz Manoel Aureliano Ferreira Neto (2.575 pontos - média de 99,04).

Primeiro colocado na lista tríplice - e como já havia figurado na lista por merecimento em duas vezes anteriores -, o juiz Francisco Ronaldo Maciel Oliveira foi proclamado novo desembargador pelo presidente do TJMA.

ANTIGUIDADE

Em seguida, foi a vez do acesso ao cargo de desembargador, pelo critério de antiguidade, vago em decorrência da aposentadoria do desembargador Jaime Ferreira de Araújo.

O juiz Raimundo Moraes Bogéa, o mais antigo inscrito, também foi proclamado desembargador pelo presidente Lourival Serejo, após a concordância de todos os presentes.

Os dois novos integrantes da Corte foram aplaudidos e saudados pelos demais membros do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Corte IDH: julgamentos brasileiros devem seguir protocolo de perspectiva de gênero

Os avanços da Justiça brasileira na luta pelo combate à violência contra a mulher devem nortear as discussões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em relação ao cumprimento de sentença imposta ao Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) no caso do assassinato de Márcia Barbosa de Souza, ocorrido em 1998. A decisão foi publicada no último dia 24 de novembro. Esta é a primeira vez que o Estado brasileiro é condenado internacionalmente pelo crime de feminicídio.

Pela primeira vez também a Corte IDH proferiu uma decisão que trata de forma categórica da questão de gênero. Na sentença, o Brasil foi responsabilizado pela discriminação no acesso à Justiça, por não investigar e julgar a partir da perspectiva de gênero, pela utilização de estereótipos negativos em relação à vítima e pela aplicação indevida da imunidade parlamentar.

“O CNJ tem uma expertise avançada no combate à violência contra a mulher no âmbito do Poder Judiciário, que permitirá uma base sólida para as discussões referentes à decisão da Corte IDH”, ressaltou o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do CNJ, Luís Lanfredi. O monitoramento e fiscalização das medidas adotadas para o cumprimento das decisões da Corte IDH direcionadas ao Estado brasileiro são feitos pela Unidade de Monitoramento e Fiscalização das Decisões da Corte IDH (UMF).

Márcia Barbosa de Souza foi morta por asfixia, aos 20 anos, no dia 17 de junho de 1998. O acusado era o ex-deputado estadual pela Paraíba Aécio Pereira de Lima. O caso só começou a ser julgado quando Lima deixou de ser parlamentar, em 2003, e ele só foi condenado em 2007. Apesar de ter sido sentenciado a 16 anos de prisão por homicídio e ocultação de cadáver, ele não chegou a ser preso e foi encontrado morto poucos meses depois, vítima de um infarto.

Para a Corte IDH, a imagem de Márcia foi estereotipada durante o julgamento, no intuito de descredibilizá-la e impedir o andamento do caso. Assim, a Corte concluiu que a investigação e o processo penal tiveram “um caráter discriminatório por razão de gênero e não foram conduzidos com uma perspectiva de gênero”.

A sentença determina que o Brasil crie um sistema de coleta de dados sobre violência contra a mulher; ofereça treinamento para as forças policiais e membros da Justiça; promova conscientização sobre o impacto da feminicídio, da violência contra a mulher e do uso da figura da imunidade parlamentar; e o pagamento de indenização por dano material e imaterial para a família de Márcia, entre outros.

Combate à discriminação

A questão da perspectiva de gênero foi abordada pelo CNJ no Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, aprovado em outubro deste ano. O documento traz as diretrizes para combater a discriminação contra a mulher nos julgamentos brasileiros, preocupando-se, inclusive, com a não revitimização das mulheres durante o processo. “Esse trabalho fez uma análise rebuscada sobre a questão e será uma das fontes que vamos utilizar no monitoramento do cumprimento da decisão da Corte IDH”, reforçou a coordenadora executiva da UMF,

Isabel Penido.

O documento foi elaborado por um grupo de trabalho formado por 21 representantes de diferentes ramos de Justiça e de universidades, que desenvolveu orientações baseadas em um método analítico que incorpora a categoria do gênero na análise das questões litigiosas por magistradas e magistrados. “O CNJ já vem incorporando esses parâmetros da perspectiva de gênero e do combate à violência contra a mulher, com ações específicas, como o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, que pretende prevenir a reincidência da violência contra a mulher, entre outros. Agora, vamos estudar como dar seguimento para implementar essas medidas, de forma a consolidá-las no país.”

A coordenadora da UMF informou ainda que os diálogos interinstitucionais articulados pelo CNJ também serão reforçados. A medida já tem contribuído para a construção e desenvolvimento de ações e ferramentas conjuntas para combater a violência de gênero.

Criada pela Resolução CNJ n. 364/2021, a UMF foi convidada pela Corte IDH para participar, na condição de fonte independente de informação, em quatro audiências públicas de supervisão dos casos brasileiros, que foram realizadas no ano de 2021: casos Damião Ximenes Lopes, Gomes Lund e Herzog, Favela Nova Brasília, e à supervisão de medidas provisórias relativas à Unidade de Internação Socioeducativa (no estado do Espírito Santo), ao Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho (no estado do Rio de Janeiro), ao Complexo Penitenciário de Curado (no estado de Pernambuco) e ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas (no estado do Maranhão).

Lenir Camimura
Agência CNJ de Notícias

Condecoração I

Homenageados pelo TJMA: O presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luiz Fux, e o advogado Luís Augusto Guterres - Foto: Divulgação

Homenageados pelo TJMA: O presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luiz Fux, e o advogado Luís Augusto Guterres - Foto: Divulgação

O advogado maranhense; escritor e membro ativo da Academia Maranhense de Letras Jurídicas (Cadeira No. 15); Conselheiro Federal e Estadual da OAB-MA em vários mandatos; Luis Augusto Guterres recebeu do Tribunal de Justiça do Maranhão a medalha "Desembargador Antônio Rodrigues Velozzo" na última sexta - feira (19.11). A condecoração é reconhecimento de uma vida dedicada à prática da justiça através da advocacia, com mais de 40 anos de serviços.

Condecoração II

Outro ilustre homenageado com a honraria foi o presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luiz Fux; que recebeu a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes - a mais alta comenda do Poder Judiciário maranhense. A honraria foi entregue pelo desembargador Raimundo Barros. O ministro também recebeu do presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, a Medalha Comemorativa dos 200 anos da Corte Maranhense - a terceira mais antiga do país.

Mulheres vítimas de violência podem fazer pedido de medida protetiva online

Em sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta quarta-feira (1º), foi lançado sistema que permitirá mulheres vítimas de violência doméstica e familiar formularem pedido online de medida protetiva na Comarca da Ilha de São Luís. As medidas protetivas são ordens judiciais concedidas com a finalidade de proteger uma pessoa que esteja em situação de risco, perigo ou vulnerabilidade.

O sistema está disponível no Portal do Judiciário do Maranhão, por meio do endereço eletrônico: medidasprotetivas.tjma.jus.br. A iniciativa é da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão, presidida pelo desembargador Cleones Cunha.

O desembargador Cleones Cunha explicou que o serviço inicia na Comarca da ilha de São Luís, sendo estendido a todo o Estado em segunda fase de implantação do sistema. "Vamos facilitar o acesso das mulheres vítimas de violência aos pedidos de medidas protetivas, de forma que, onde ela estiver, sem passar por uma delegacia, sem precisar presencialmente ir a uma vara judicial, possa fazer o pedido de forma online", esclareceu o magistrado.

"Espero que seja útil para as mulheres vítimas de violência doméstica, principalmente àquelas que não podem sair de casa. Que a ferramenta possa atingir todas as mulheres que sofrem de violência e que nós possamos diminuir ou tentar amenizar essa situação de violência doméstica no Estado do Maranhão", concluiu o desembargador Cleones Cunha, agradecendo o apoio da presidência do TJMA, da equipe da Diretoria de Informática e todos os envolvidos.

COMO FUNCIONA

Para solicitar o pedido de medida protetiva online, a mulher vítima de violência preencherá um formulário eletrônico dividido em quatro etapas: qualificação da vítima, qualificação do agressor, questionário e anexos.

"A mulher vítima de violência preenche um questionário com o propósito de indicar o tipo de agressão que está sofrendo, se é ameaça ou violência física, se quer uma medida de afastamento do agressor, e por último, poderá anexar documentos", explicou o diretor de Informática do TJMA, Paulo Rocha Neto, durante a sessão.

Após finalizado o preenchimento, é cadastrado um pedido de Medida Protetiva no Sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJE), que é automaticamente direcionado a uma vara especial de violência doméstica e familiar contra a mulher da Comarca da Ilha de São Luís. "No futuro vamos viabilizar o atendimento a todo o Estado", disse Paulo Rocha Neto.

A nova forma de cadastro possibilita que a pessoa que está sendo ameaçada, faça com rapidez e facilidade, um

pedido de medida protetiva, apenas com acesso à internet, por meio de um celular ou computador, que será avaliado por magistrado ou magistrada de unidade judicial especializada.

TJMA aprova remoção de juízes

Os desembargadores e as desembargadoras do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na Sessão Plenária Administrativa por videoconferência desta quarta-feira (1^o), removeram, pelo critério de antiguidade, na entrância inicial, o juiz Guilherme Valente Soares Amorim, titular da Comarca de Urbano Santos para a Comarca de Cantanhede.

Já o juiz Reginaldo de Jesus Cordeiro Júnior, titular da 1^a Vara do Termo Judiciário de Paço do Luminar da Comarca da Ilha de São Luís, foi removido, pelo critério de merecimento, para a 1^a Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís.

Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa são os novos desembargadores do TJMA

01/12/2021 23:08:00

Os desembargadores Ronaldo Maciel (à esquerda, na foto) e Raimundo Bogéa (à direita), ao lado do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejofoto/divulgação: Ribamar Pinheiro

Francisco Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa são os novos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelos critérios de merecimento e antiguidade, respectivamente. A votação para acesso ao cargo para duas vagas, em decorrência das aposentadorias voluntárias da desembargadora Anildes Cruz e do desembargador Jaime Ferreira de Araújo, ocorreu em sessão plenária administrativa por videoconferência, nesta quarta-feira (1º). Logo após a sessão, os dois novos integrantes da Corte tomaram posse no Gabinete da Presidência.

Acesse as fotos no álbum do Flickr (abaixo):

Ao final da sessão, o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, disse que o anúncio dos nomes dos desembargadores Francisco Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa, durante sua gestão na Presidência, é motivo de muita satisfação para ele, destacando que ambos são seus amigos e juízes competentes.

"Momento de muita alegria, satisfação, você chegar ao ápice de sua carreira e olhar para trás e ver tudo que você passou, filho de uma família pobre da cidade de Codó. É um momento de muita satisfação e, acima de tudo, de reconhecimento do dever cumprido, de ver seu Tribunal reconhecer seu trabalho e o compromisso de assumir e continuar a fazer a entrega da prestação jurisdicional ágil, eficiente e, acima de tudo, defendendo os ideais republicanos", agradeceu Ronaldo Maciel.

"É mais uma etapa da carreira. Não representa nenhum envaidecimento. Simplesmente, mais trabalho e dedicação à magistratura", resumiu Raimundo Bogéa.

15 CANDIDATOS

Na primeira votação, pelo critério de merecimento, 15 candidatos concorreram à vaga: os juízes Jamil Aguiar da Silva, Francisco Ronaldo Maciel Oliveira, José Eulálio Figueiredo de Almeida, Lucas da Costa Ribeiro Neto, Samuel Batista de Souza, José Américo Abreu Costa, Manoel Aureliano Ferreira Neto, Nelson Melo de Moraes Rêgo e Raimundo Nonato Neris Ferreira; e as juízas Lucimary Castelo Branco Campos dos Santos, Oriana Gomes, Maria do Socorro Mendonça Carneiro, Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro, Joseane de Jesus Corrêa Bezerra e Márcia Cristina Coelho Chaves.

O presidente Lourival Serejo destacou que, segundo a nova orientação do Conselho Nacional de Justiça, a votação começaria pelo magistrado mais antigo, desembargador Bayma Araújo - após o voto do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten.

O diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, esclareceu que, segundo as modificações feitas pela Resolução CNJ nº 426, de 8 de outubro de 2021, que alterou a Resolução CNJ nº 106/2010, para cálculo da nota final de cada concorrente, deverá ser realizada a tri-média das notas lançadas pelos avaliadores, excluído o percentual de 10% em relação às maiores e menores notas, para, então, obter-se sua nota final por meio da média aritmética.

Segundo a nova resolução, caso a aplicação do percentual resultar em número decimal, ele será arredondado para o número inteiro imediatamente inferior. Mário Lobão explicou que, no caso do Plenário do TJMA, com 28 desembargadores no dia da votação, o número resultante de 10% (2,8) seria arredondando para 2 (número inteiro imediatamente inferior a 2,8). Com os 26 votos restantes, é calculada a média aritmética.

O parágrafo 4º do artigo 11 da resolução informa que, no caso de haver empate na nota final de dois ou mais concorrentes, terá preferência aquele com maior tempo de exercício no cargo, e, subsistindo o empate, a preferência será assegurada ao de maior idade.

MERECIMENTO

Iniciada a votação pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, foram avaliados os critérios de desempenho (0 a 20 pontos); produtividade (0 a 30); presteza (0 a 25); e aperfeiçoamento (0 a 25) de cada um(a) dos(as) candidatos(as).

Ao final da votação, os que mais obtiveram pontos para a composição da lista tríplice foram o juiz Francisco Ronaldo Maciel Oliveira (2.593 pontos - média de 99,73); a juíza Maria do Socorro Mendonça Carneiro (2.586 pontos - média de 99,46) e o juiz Manoel Aureliano Ferreira Neto (2.575 pontos - média de 99,04).

Primeiro colocado na lista tríplice - e como já havia figurado na lista por merecimento em duas vezes anteriores -, o juiz Francisco Ronaldo Maciel Oliveira foi proclamado novo desembargador pelo presidente do TJMA.

ANTIGUIDADE

Em seguida, foi a vez do acesso ao cargo de desembargador, pelo critério de antiguidade, vago em decorrência da aposentadoria do desembargador Jaime Ferreira de Araújo.

O juiz Raimundo Moraes Bogéa, o mais antigo inscrito, também foi proclamado desembargador pelo presidente Lourival Serejo, após a concordância de todos os presentes.

Os dois novos integrantes da Corte foram aplaudidos e saudados pelos demais membros do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa são os novos desembargadores do TJMA

Francisco Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa são os novos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelos critérios de merecimento e antiguidade, respectivamente. A votação para acesso ao cargo para duas vagas, em decorrência das aposentadorias voluntárias da desembargadora Anildes Cruz e do desembargador Jaime Ferreira de Araújo, ocorreu em sessão plenária administrativa por videoconferência, nesta quarta-feira (1º). Logo após a sessão, os dois novos integrantes da Corte tomaram posse no Gabinete da Presidência.

“Momento de muita alegria, satisfação, você chegar ao ápice de sua carreira e olhar para trás e ver tudo que você passou, filho de uma família pobre da cidade de Codó. É um momento de muita satisfação e, acima de tudo, de reconhecimento do dever cumprido, de ver seu Tribunal reconhecer seu trabalho e o compromisso de assumir e continuar a fazer a entrega da prestação jurisdicional ágil, eficiente e, acima de tudo, defendendo os ideais republicanos”, agradeceu Ronaldo Maciel.

“É mais uma etapa da carreira. Não representa nenhum envaidecimento. Simplesmente, mais trabalho e dedicação à magistratura”, resumiu Raimundo Bogéa.

15 CANDIDATOS

Na primeira votação, pelo critério de merecimento, 15 candidatos concorreram à vaga: os juízes Jamil Aguiar da Silva, Francisco Ronaldo Maciel Oliveira, José Eulálio Figueiredo de Almeida, Lucas da Costa Ribeiro Neto, Samuel Batista de Souza, José Américo Abreu Costa, Manoel Aureliano Ferreira Neto, Nelson Melo de Moraes Rêgo e Raimundo Nonato Neris Ferreira; e as juízas Lucimary Castelo Branco Campos dos Santos, Oriana Gomes, Maria do Socorro Mendonça Carneiro, Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro, Joseane de Jesus Corrêa Bezerra e Márcia Cristina Coelho Chaves.

O presidente Lourival Serejo destacou que, segundo a nova orientação do Conselho Nacional de Justiça, a votação começaria pelo magistrado mais antigo, desembargador Bayma Araújo – após o voto do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten.

O diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, esclareceu que, segundo as modificações feitas pela Resolução CNJ nº 426, de 8 de outubro de 2021, que alterou a Resolução CNJ nº 106/2010, para cálculo da nota final de cada concorrente, deverá ser realizada a tri-média das notas lançadas pelos avaliadores, excluído o percentual de 10% em relação às maiores e menores notas, para, então, obter-se sua nota final por meio da média aritmética.

Segundo a nova resolução, caso a aplicação do percentual resultar em número decimal, ele será arredondado para o número inteiro imediatamente inferior. Mário Lobão explicou que, no caso do Plenário do TJMA, com 28 desembargadores no dia da votação, o número resultante de 10% (2,8) seria arredondando para 2 (número inteiro imediatamente inferior a 2,8). Com os 26 votos restantes, é calculada a média aritmética.

O parágrafo 4º do artigo 11 da resolução informa que, no caso de haver empate na nota final de dois ou mais concorrentes, terá preferência aquele com maior tempo de exercício no cargo, e, subsistindo o empate, a preferência será assegurada ao de maior idade.

MERECIMENTO

Iniciada a votação pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, foram avaliados os critérios de desempenho (0 a 20 pontos); produtividade (0 a 30); presteza (0 a 25); e aperfeiçoamento (0 a 25) de cada um(a) dos(as) candidatos(as).

Ao final da votação, os que mais obtiveram pontos para a composição da lista tríplice foram o juiz Francisco Ronaldo Maciel Oliveira (2.593 pontos - média de 99,73); a juíza Maria do Socorro Mendonça Carneiro (2.586 pontos - média de 99,46) e o juiz Manoel Aureliano Ferreira Neto (2.575 pontos - média de 99,04).

Primeiro colocado na lista tríplice - e como já havia figurado na lista por merecimento em duas vezes anteriores -, o juiz Francisco Ronaldo Maciel Oliveira foi proclamado novo desembargador pelo presidente do TJMA.

ANTIGUIDADE

Em seguida, foi a vez do acesso ao cargo de desembargador, pelo critério de antiguidade, vago em decorrência da aposentadoria do desembargador Jaime Ferreira de Araújo.

O juiz Raimundo Moraes Bogéa, o mais antigo inscrito, também foi proclamado desembargador pelo presidente Lourival Serejo, após a concordância de todos os presentes.

Os dois novos integrantes da Corte foram aplaudidos e saudados pelos demais membros do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Construção de novo Entreposto Pesqueiro em São Luís será retomada

A Procuradoria Geral do Estado do Maranhão (PGE/MA) conseguiu decisão favorável no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) para o andamento das obras de construção do novo Entreposto Pesqueiro em São Luís.

A estrutura vai substituir parte do Mercado do Peixe (conhecido popularmente como feira do Portinho) e visa a melhoria das instalações atuais e da prestação de serviços para comerciantes e demais usuários, que devido às condições precárias de funcionamento do local eram submetidos a condições sanitárias insalubres.

O processo licitatório realizado pelo Governo do Maranhão, por meio da Agência Executiva Metropolitana (AGEM), foi suspenso por força de liminar expedida pela justiça, após uma das empresas participantes do processo ajuizar ação onde requeria o impedimento da contratação da empresa vencedora do certame.

Avaliando falhas na fundamentação da decisão judicial, a PGE impetrou um Mandado de Segurança que foi acolhido pelo desembargador Raimundo José Barros de Sousa (TJMA) e referendado pelo plenário do Tribunal, o que ocasionou a emissão de uma nova liminar. A decisão suspende a liminar anteriormente expedida que determinava a suspensão da licitação e agora autoriza o prosseguimento do processo licitatório com a contratação da empresa vencedora da concorrência e, em consequência, a realização das obras de melhoria do Mercado do Peixe.

Para o procurador Gustavo Sabóia, que conduziu o caso, a decisão trará benefícios diretos à sociedade. “É uma obra imprescindível que objetiva a melhoria da saúde pública, com a otimização de espaços adequados para a comercialização de pescados na capital do estado”, destacou o procurador.

O Mercado do Peixe foi construído em 1995 na Avenida Senador Vitorino Freire, região do Portinho, e conta com cerca de 60 boxes para a comercialização dos pescados na capital São Luís, maior mercado consumidor e distribuidor de pescados do estado, atendendo a toda a região metropolitana. Com a obra, estão programadas a otimização de drenagem; cobertura; pavimentação; pisos e revestimentos; esquadrias; instalações hidráulicas e sanitárias; reservatórios de água; instalações elétricas e iluminação; reforma dos quiosques existentes; pintura; paisagismo e estacionamento.